

BRVias Holding
VRD S.A.

**Informações intermediárias em 30
de junho de 2016**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	9



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 2106-6700, Fax 55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo - São Paulo

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia"), individual e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia") é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individual e consolidada, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

São Carlos, 20 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	73	139	5.817	13.362
Aplicações financeiras	6	-	-	36.386	47.023
Contas a receber	7	-	-	9.860	10.602
Despesas pagas antecipadamente		-	-	740	345
Adiantamento à fornecedores e outros créditos		-	-	8.291	1.476
Outros créditos		32	35	32	5.108
Total do ativo circulante		105	174	61.126	77.916
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		-	-	1.363	640
Investimentos	9	215.128	212.543	-	-
Imobilizado	10	-	-	7.554	6.126
Intangível	11	-	-	939.334	927.156
Total do ativo não circulante		215.128	212.543	948.251	933.922
Total do ativo		215.233	212.717	1.009.377	1.011.838

As notas explicativas são parte integrante às informações intermediárias

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Notas	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	64.001	31.822	130.311	96.625
Debêntures	13	14.696	86.508	48.209	489.136
Fornecedores	14	-	-	26.022	31.815
Fornecedores - risco sacado		-	-	9.996	-
Tributos a recolher		-	-	2.406	2.319
Obrigações sociais		-	-	4.616	3.889
Contas a pagar	8	707	623	3.246	190
Dividendos a pagar		66	66	66	66
Provisão para manutenção		-	-	25.225	18.661
Total do passivo circulante		79.470	119.019	250.097	642.701
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	174.073	231.173
Debêntures	13	81.493	-	485.882	-
Provisão para manutenção	15			22.607	21.396
Tributos diferidos	16 a	-	-	20.890	21.549
Provisão para demandas judiciais	17	-	-	1.558	1.321
Total do passivo não circulante		81.493	-	705.010	275.439
Patrimônio líquido		18			
Capital social		147.469	137.469	147.469	137.469
Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados		(118.660)	(69.232)	(118.660)	(69.232)
Total do patrimônio líquido		54.270	93.698	54.270	93.698
Total do passivo		160.963	119.019	955.107	918.140
Total do passivo e patrimônio líquido		215.233	212.717	1.009.377	1.011.838

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	Controladora				Consolidado			
		2016 (3 meses)	2015 (3 meses)	2016 (6 meses)	2015 (6 meses)	2016 (3 meses)	2015 (3 meses)	2016 (6 meses)	2015 (6 meses)
Receita operacional líquida	20	-	-	-	-	56.081	72.425	103.793	124.788
Custo dos serviços prestados	21	-	-	-	-	(33.878)	(22.192)	(59.387)	(46.972)
Custo de construção		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.585)</u>	<u>(29.966)</u>	<u>(22.710)</u>	<u>(40.075)</u>
Lucro bruto		-	-	-	-	6.618	20.267	21.696	37.741
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas gerais e administrativas	21	(150)	(114)	(154)	(122)	(2.265)	(3.700)	(4.105)	(4.443)
Resultado de equivalência patrimonial	9	<u>(21.099)</u>	<u>(5.309)</u>	<u>(37.417)</u>	<u>(16.055)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(21.249)	(5.423)	(37.571)	(16.177)	4.353	16.567	17.591	33.298
Receita financeira	21	4	17	7	30	757	1.848	1.932	3.523
Despesa financeira	21	<u>(6.624)</u>	<u>(5.074)</u>	<u>(11.859)</u>	<u>(9.457)</u>	<u>(33.307)</u>	<u>(29.216)</u>	<u>(69.604)</u>	<u>(63.072)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(6.620)</u>	<u>(5.057)</u>	<u>(11.852)</u>	<u>(9.427)</u>	<u>(32.550)</u>	<u>(27.368)</u>	<u>(67.672)</u>	<u>(59.549)</u>
Prejuízo antes das provisões tributárias		(27.869)	(10.480)	(49.423)	(25.604)	(28.197)	(10.801)	(50.081)	(26.251)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 c	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>328</u>	<u>321</u>	<u>658</u>	<u>647</u>
Prejuízo do período		<u>(27.869)</u>	<u>(10.480)</u>	<u>(49.423)</u>	<u>(25.604)</u>	<u>(27.869)</u>	<u>(10.480)</u>	<u>(49.423)</u>	<u>(25.604)</u>

As notas explicativas são parte integrante às informações intermediárias

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	2016 (3 meses)	2015 (3 meses)	2016 (6 meses)	2015 (6 meses)	2016 (3 meses)	2015 (3 meses)	2016 (6 meses)	2015 (6 meses)
Prejuízo do período	(27.869)	(10.480)	(49.423)	(25.604)	(27.869)	(10.480)	(49.423)	(25.604)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	<u>(27.869)</u>	<u>(10.480)</u>	<u>(49.423)</u>	<u>(25.604)</u>	<u>(27.869)</u>	<u>(10.480)</u>	<u>(49.423)</u>	<u>(25.604)</u>

As notas explicativas são parte integrante às informações intermediárias

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital integralizado					
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	137.469	-	137.469	25.461	(10.718)	152.212
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(25.604)	(25.604)
Saldos em 30 de junho de 2015	137.469	-	137.469	25.461	(36.322)	126.608
Saldos em 1º de janeiro de 2016	137.469	-	137.469	25.461	(69.237)	93.693
Aumento de capital conforme AGE de 15 de junho de 2016	100.000	(100.000)	-	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE de 15 de junho de 2016	-	10.000	10.000	-	-	10.000
Prejuízo do período	-	-	-	-	(49.423)	(49.423)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>237.469</u>	<u>(90.000)</u>	<u>147.469</u>	<u>25.461</u>	<u>(118.660)</u>	<u>54.270</u>

As notas explicativas são parte integrante às informações intermediárias

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(49.423)	(25.604)	(49.423)	(25.604)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	489	400
Amortização	-	-	8.852	8.952
Baixa do intangível	-	-	6	174
Baixa do imobilizado	-	-	70	-
Provisão para manutenção	-	-	17.155	7.765
Constituição (reversão) da provisão para demandas judiciais	-	-	237	368
Resultado de equivalência patrimonial	37.417	16.055	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	11.859	9.459	67.494	61.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(658)	(647)
	(147)	(90)	44.222	52.646
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	742	1.725
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(395)	(529)
Outros créditos	(3)	(23)	(1.843)	(2.304)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	-	-	1.802	(9.401)
Obrigações tributárias	-	-	87	(291)
Obrigações sociais	-	-	724	772
Contas a pagar	84	122	2.435	400
Consumo e provisão para manutenção	-	-	(9.380)	-
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	-	(39.556)	(46.413)
Fluxo de caixa (aplicado nas) decorrente das atividades operacionais	(66)	9	(1.162)	(3.395)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(78.740)	(67.500)
Resgate das aplicações	-	-	89.377	86.892
Aquisição de imobilizado	-	-	(1.987)	(1.494)
Adição do intangível	-	-	(18.635)	(38.424)
Aumento de capital social em controlada	-	-	-	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	-	-	(9.985)	(20.526)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	40.000	-
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	-	46.779
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(36.398)	(16.551)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	-	-	3.602	30.228
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(66)	9	(7.545)	6.307
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	139	203	13.362	28.222
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho	73	212	5.817	34.529

As notas explicativas são parte integrante às informações intermediárias

Notas explicativas às informações intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua Iguatemi, 448, 10º andar, sala D, Itaim Bibi - cidade de São Paulo - SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A, passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social.

Conforme informações intermediárias de resultado e no balanço patrimonial do período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 49.423 durante os seis meses findos em 30 de junho de 2016 e capital circulante líquido negativo de R\$ 64.365 na controladora e R\$ 173.971 no consolidado. Para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de integralizações de capital, sendo que no semestre findo em 30 de junho de 2016 já houve aumento de capital no montante R\$ 10.000 aportados recursos em moeda corrente nacional, conforme mencionado na nota explicativa 19. As informações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária	
		2016	2015
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Argemiro Sandoval, nº 30, Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados

aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Para fazer frente a suas obrigações contratuais a sua controlada tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As informações trimestrais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da sua controlada.

3 Apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis

a. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2015 não foram repetidas integralmente nestas informações intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Na preparação destas informações intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 20 de setembro de 2017.

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, a seguir são destacadas as principais alterações:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos):** A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

A Companhia está avaliando os possíveis impactos que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa	-	-	1	1
Bancos conta movimento	73	139	5.656	13.201
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	160	160
	<u>73</u>	<u>139</u>	<u>5.817</u>	<u>13.362</u>

- (i) O saldo refere-se às aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remuneração equivalente a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações em CDBs são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada (liquidez imediata).

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23.

6 Aplicações financeiras - consolidado

	30/06/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	36.386	47.023

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 13 e 14.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23.

7 Contas a receber - consolidado

	30/06/2016	31/12/2015
Pedágio eletrônico	8.886	9.471
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	319	167
Visa - vale-pedágio	183	837
DBTrans S/A	173	120
Outros	<u>299</u>	<u>7</u>
Total	<u>9.860</u>	<u>10.602</u>

O contas a receber da sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável.

8 Outros créditos - consolidado

	30/06/2016	31/12/2015
Adiantamentos a fornecedores - terceiros	745	1.476
Adiantamentos a fornecedores - partes relacionadas - Nota 9	5.649	4.172
Outros	1.190	1.526
	<u>7.584</u>	<u>7.174</u>

9 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015:

Descrição	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2015 (3 meses)	30/06/2016 (6 meses)	30/06/2015 (6 meses)
Diretores estatutários	10	10	21	19

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Primeiros saldos

		Saldo em aberto em			
		Controladora		Consolidado	
Nota		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativo					
<i>Outros créditos</i>					
BRVias S.A.	(i)	-	-	5.649	3.549
Total do ativo		-	-	5.649	3.549
Passivo					
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	152	143
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iv)	-	-	90	335
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(ix)	-	-	-	9
Marília Transporte	(iii)	-	-	1	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	9	-
Total fornecedores (Nota explicativa nº 15)		-	-	402	487
<i>Dividendos a pagar</i>					
Fundo de Investimento em Participações Volluto		33	33	33	33
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.		33	33	33	33
Total dividendos a pagar		66	66	66	66

Empréstimos e financiamentos (Mutuos) - (nota explicativa nº 13)

Patrimony Administradora de Bens S.A.	(x)	4.096	3.834	4.096	3.834
Comport Participações S.A.	(x)	12.904	12.077	12.904	12.077
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(x)	32.001	15.911	32.001	15.911
Constantino de Oliveira Junior	(xi)	3.750	-	3.750	-
Henrique Constantino	(xi)	3.750	-	3.750	-
Ricardo Constantino	(xi)	3.750	-	3.750	-
Joaquim Constantino Neto	(xi)	3.750	-	3.750	-
		64.001	31.822	64.001	31.822

b. Transações que afetaram o resultado

		Valor da transação no resultado do período			
	Nota	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2015 (3 meses)	30/06/2016 (6 meses)	30/06/2015 (6 meses)
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	(519)	(432)	(957)	(877)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	(340)	(213)	(622)	(479)
BRVias S.A.	(vii)	(1.926)	(734)	(3.171)	(1.353)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	(252)	(109)	(283)	(216)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	-	(81)	(82)	(163)
Noroestecom Telecomunicações S/A	(ix)	(5)	(14)	(25)	(23)
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	(15)	(12)	(16)	(22)
Marília Transporte	(iii)	(15)	(11)	(17)	(21)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	(29)	(46)	(66)	(56)
		(3.101)	(1.652)	(5.239)	(3.210)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado; e
- (viii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (ix) Outros serviços diversos; e
- (x) Refere-se a mútuos financeiros atualizados a 101% do CDI.
- (xi) Refere-se a mútuos financeiros sem juros, destinados para aumento de capital até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2016.

10 Investimentos - controladora

A sua controladora registrou uma perda de R\$ 37.417 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 16.055 em 2015) de equivalência patrimonial de sua controlada.

A controlada não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação circulante	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo líquido	Receita	Custos e Despesas	(Prejuízo)
30 de junho de 2016	100%	61.021	948.251	1.009.272	170.627	623.517	794.144	215.128	103.793	(141.868)	(37.417)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015									Período findo em 30 de junho de 2015		
30 de junho de 2015	100%	78.367	933.922	1.012.289	524.308	275.438	799.746	212.543	124.788	(141.489)	(16.054)

11 Imobilizado - consolidado

Em milhares de Reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	2.308	3.024	1.530	131	6.993
Adições	1.734	1.913	124	-	3.771
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Adições	77	-	123	1.787	1.987
Baixas	-	(70)	-	-	(70)
Saldo em 30 de junho de 2016	4.119	4.867	1.777	1.918	12.680
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(1.172)	(2.029)	(554)	(41)	(3.796)
Depreciação no exercício	(521)	(181)	(113)	(27)	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
Depreciação no período	(268)	(124)	(84)	(13)	(489)
Saldo em 30 de junho de 2016	(1.961)	(2.334)	(751)	(81)	(5.127)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	2.349	2.727	987	63	6.126
Em 30 de junho de 2016	2.158	2.533	1.026	1.836	7.554

12 Intangível - consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação Da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros- concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2015	34.992	362.063	7.697	413.597	82.469	1.828	902.646
Aquisições e construções	95	71.820	99	-	33.231	1.143	106.388
Baixas	-	-	-	-	(173)	-	(173)
Saldo em 1º de janeiro de 2016	35.087	433.883	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	3	5.625	-	-	15.167	241	21.036
Baixas	-	-	(6)	-	-	-	(6)
Saldo em 30 de junho de 2016	35.090	439.508	7.790	413.597	130.694	3.212	1.029.891
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(7.364)	(12.206)	(1.424)	(36.998)	(4.622)	(876)	(63.490)
Amortização do exercício	(633)	(7.834)	(141)	(7.467)	(2.086)	(54)	(18.215)
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do período	(301)	(3.776)	(67)	(3.553)	(1.123)	(32)	(8.852)
Saldo em 30 de junho de 2016	(8.298)	(23.816)	(1.632)	(48.018)	(7.831)	(962)	(90.557)
Valor líquido contábil							
Em 30 de junho de 2015	27.090	413.843	6.231	369.132	108.819	2.041	927.156
Em 30 de junho de 2016	26.792	415.692	6.158	365.579	122.863	2.250	939.334

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

13 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 27.

	Taxa de Juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Finame-BNDES(i)	5,50%	-	2021	-	-	1.300	2.024
Finem-BNDES(ii)	2,41%	TJLP	2025	-	-	140.299	178.577
		UMIPCA-					
Finem-BNDES(ii)	2,41%	M.	2025	-	-	70.271	89.443
Capital de giro	3,25%	CDI	2016			26.104	25.042
	17,09% a						
Leasing	19,68%	-	2015 - 2016	-	-	2.409	890
Mútuo financeiro							
(nota explicativa nº 9)	11,20%	CDI	2016	64.001	31.822	64.001	31.822
Total				64.001	31.822	304.384	327.798
Parcela circulante				49.001	31.822	130.311	96.625
Parcela não circulante				-	-	174.073	231.173

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a sua controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$ 343.706, sendo que, até 30 de junho de 2016, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 69.460 será liberado até o ano de 2015, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$ 140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 57.676 do Subcrédito A, R\$ 23.103 do Subcrédito B, R\$ 35.000 do Subcrédito C e R\$ 24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$ 30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 18.694 do Subcrédito C e R\$ 11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2014 foram liberados o montante de R\$ 50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 35.700 do Subcrédito H, R\$ 14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 7.511 do Subcrédito C, R\$ 28.039 do Subcrédito H e R\$ 11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias:

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

O financiamento ainda conta com a Garantia no montante de R\$ 41.923 através de Fiança Bancária, que serão resgatadas quando da apresentação dos contratos de Garantia ao BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 30 de março de 2016 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes (controlada):

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
- Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
- Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
- Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até março de 2016, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o período encerrado em 30 de junho de 2016, a Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,35 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 5. A

Administração da Companhia obteve cartas de consentimento (*waiver*) por parte do credor e das instituições financeiras fiadoras da referida operação até 30 de junho de 2016 para o exercício encerrado em 30 de junho de 2016 e período de seis meses a encerrar-se em 30 de junho de 2016, sendo a próxima medição a ser realizada por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2016.

Em 30 de junho de 2016 a controlada possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

Os empréstimos e financiamentos possuem, em 30 de junho de 2016, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

O saldo classificado como não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	2016
30 de junho de 2017	28.434
30 de junho de 2018	28.434
30 de junho de 2019	28.434
30 de junho de 2020	28.462
30 de junho de 2021- 2025	60.309
Total	174.073

14 Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 27.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
15/07/2011								
1	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	96.188	86.508	96.188	86.508
04/06/2011								
2	Única	300.000	04/06/2027	IPCA + 7,75%	-	-	437.902	402.628
	Total				96.188	86.508	534.090	489.136
	Parcela circulante				14.695	86.508	48.208	489.136
	Parcela não circulante				81.493	-	485.882	-

(i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") acrescido da taxa percentual de Juros Remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado.

Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; e
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das Debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do Debenturista;
- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

Tendo em vista o descumprimento da controlada conforme mencionado na nota explicativa 18 (ii), referente as obrigações e condições previstas no contrato, o montante de R\$ 77.614, foi reclassificado do passivo não circulante para o circulante em 30 de junho de 2016 em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 (IAS 1), uma vez que o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras. Em 04 de abril de 2016, Administração da Companhia obteve carta de consentimento (*waiver*) por parte do credor, e considera o pressuposto de continuidade operacional adequado para a elaboração destas demonstrações financeiras.

(ii) Controlada

Em 04 de junho de 2012, a sua controlada realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Fiança da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e BRVias Holding VRD S.A., e a partir de 20 de junho de 2013, da BRVias Holding TBR S/A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes (aplicáveis à controlada):

- Manter os seguintes índices financeiros:
- Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até março de 2016, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Manter o índice “Dívida Líquida / Patrimônio Líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até março de 2016, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%; e,
- Manter o índice “EBITDA/Despesas Financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,35 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4,5, e EBITDA/Despesas financeira de 1,05 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, o montante de R\$385.779 em 31 de dezembro de 2015, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 (IAS 1), uma vez que o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia solicitou aos credores em 14 dezembro de 2015 a repactuação das condições das debêntures objetivando adequar os referidos *covenants* para as condições econômicas atuais, bem como anuência para o seu descumprimento. Em 29 de março de 2016, os credores concordaram, em uma Assembleia Geral de Debenturistas, em não decretar o vencimento antecipado (*waiver*), em atendimento a solicitação da Administração da Companhia, afastando a hipótese de vencimento antecipado pelo não atendimento destes *covenants*, motivo pelo qual os saldos voltaram a ser classificados em função dos vencimentos originais.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 30 de junho de 2016 é de R\$ 1.719.

O saldo vincendo a mais de 12 meses possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	R\$
30 de junho de 2018	11.763
30 de junho de 2019	20.144
30 de junho de 2020	24.203
30 de junho de 2021	28.262
30 de junho de 2022 - 2027	401.510
Total	485.882

15 Fornecedores - consolidado

	Nota	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores - partes relacionadas	9	402	487
Fornecedores diversos		9.210	13.960
Medições a pagar		2.835	1.809
Retenções (i)		13.575	15.559
Total		26.022	31.815

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

Fornecedores - risco sacado

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar alguns de seus fornecedores a operação denominada “forfait”. Nestas operações os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. A utilização de instituição financeira intermediando a aquisição de serviços com tais fornecedores tem por objetivo alongar o prazo de pagamento e contribuir para a melhoria do fluxo de caixa operacional. Considerando as características de tais transações e ciente do ofício CVM 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a Companhia está apresentando o saldo de tais transações em rubrica específica

Em 30 de junho de 2016, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 120% a.m. à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

16 Provisão para manutenção - Contrato de concessão (consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a

infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
Passivo circulante	25.225	18.661
Passivo não circulante	22.607	21.396
Total	<u>47.832</u>	<u>40.057</u>

Movimentação da provisão para manutenção

	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial	40.057	22.260
Realizações por consumo	(9.381)	-
Adições	17.156	17.797
Saldo final	<u>47.832</u>	<u>40.057</u>

17 Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 30 de junho de 2016 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	30/06/2016	31/12/2015
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	25.545	17.714
Provisão para manutenção	8.694	6.051
Outras provisões temporárias	1.678	1.035
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	(26.682)	(15.565)
	<u>9.235</u>	<u>9.235</u>
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(28.792)	(29.450)
	<u>(30.125)</u>	<u>(30.783)</u>
	<u>(20.890)</u>	<u>(21.548)</u>

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

b. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 30 de junho de 2016	Saldo em 31 de dezembro de 2015	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2015 (3 meses)	30/06/2016 (6 meses)	30/06/2015 (6 meses)
Ativo						
Prejuízo fiscal e base negativa	25.545	17.714	4.687	(12)	7.831	(12)
Provisão para manutenção	8.694	6.051	936	(1.315)	2.643	-
Outras provisões temporárias	1.678	1.035	29	-	643	-
(-) Ativo fiscal não reconhecido	(26.682)	(15.565)	(5.652)	-	(11.117)	-
	9.235	9.235	-	(1.327)	-	(12)
Passivo						
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-	-	-
Intangíveis - Efeito temporário	(28.792)	(29.450)	328	1.648	658	659
	(30.125)	(30.783)	328	1.648	658	659
	(20.890)	(21.548)	328	321	658	647

c. Créditos tributários

Controladora

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	30/06/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	75.133	51.392

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido a falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

d. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Controladora

Descrição	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2015 (3 meses)	30/06/2016 (6 meses)	30/06/2015 (6 meses)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(27.869)	(10.480)	(49.423)	(25.604)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	9.476	3.563	16.804	8.705
Equivalência patrimonial	(7.174)	(1.805)	(12.722)	(5.459)
(-) Adições permanentes	-	-	-	-
(+) Exclusões permanente	-	-	-	-
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(2.302)	(1.758)	(4.082)	(3.247)
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	329	328	659	658
	-1%	-3%	-1%	-3%

Consolidado

Descrição	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2015 (3 meses)	30/06/2016 (6 meses)	30/06/2015 (6 meses)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(28.197)	(10.801)	(50.081)	(26.251)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	9.587	3.672	17.028	8.925
(-) Adições permanentes	(450)	312	(179)	(21)
(+) Exclusões permanente	(386)	-	-	-
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(7.767)	(1.045)	(15.199)	(5.415)
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	(654)	(2.619)	(990)	(2.843)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	328	321	658	647
	-1%	-3%	-1%	-2%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

18 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de junho de 2016, está provisionado o montante de R\$ 1.558 (R\$ 1.321 em 2015), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2015	597	724	1.321
Reversão de provisão	408	(169)	237
Saldo final	1.005	554	1.558

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 2.751 em 30 de junho de 2016 (R\$ 4.811 em 2015).

Descrição	30/06/2016		31/12/2015	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	68	1.154	67	3.630
Trabalhistas	34	123	18	1.181
Total	71	2.751	85	4.811

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$26.500 (nota explicativa nº 24) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

19 Patrimônio líquido - controladora

a. Capital social

Em 03 de outubro de 2012, o sócio Comporte Participações S.A. que detinha da Viarondon um montante de R\$56.062 este representado por 45.905.686 de ações, representado por 28.030.850 ações ordinárias e 28.030.850 ações preferenciais, transferiu o total de ações detidas ao Fundo de Investimento em Participações Volluto.

Em 15 de junho de 2016, a Companhia na Assembleia Geral Extraordinário aprovou o valor do aumento de capital social no montante de R\$ 100.000, com isso o capital social da Companhia passou de R\$ 137.469 para R\$ 237.469, e está representado por 237.469.536 de ações, sendo 118.734.768 de ações ordinárias e 118.734.768 de ações preferenciais No ato de 15 de junho de 2016, a Companhia integralizou mais R\$ 10.000 em recursos em moeda corrente nacional, o saldo remanescente deve ser integralizado até 31 de dezembro de 2016.

A composição acionária em 30 de junho de 2016, é apresentada abaixo:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	118.734.768	50
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	118.734.768	50
	237.469.536	100,0

b. Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A, decorrente da aplicação dos novos CPCs.

20 Receita operacional líquida - consolidado

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	30/06/2016 (3 meses)	30/06/2015 (3 meses)	30/06/2016 (6 meses)	30/06/2015 (6 meses)
Receita de pedágios	44.005	46.216	88.163	92.180
Receitas acessórias	156	74	239	143
Receita de construção	15.585	29.966	22.710	40.075
Outras receitas	-	-	17	31
Tributos incidentes	(3.665)	(3.831)	(7.336)	(7.641)
Total	56.081	72.425	103.793	124.788

21 Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

	Período de 3 meses		Período de 6 meses		Período de 3 meses		Período de 6 meses	
	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Serviços de terceiros	-	-	-	-	(8.023)	(7.334)	(17.298)	(15.759)
Custo com pessoal	-	-	-	-	(5.722)	(5.637)	(11.338)	(10.927)
Amortização e depreciação	-	-	-	-	(4.733)	(4.763)	(9.339)	(9.351)
Constituição de provisão para manutenção	-	-	-	-	(13.159)	(3.895)	(17.155)	(7.765)
Custo de contrato concessão	-	-	-	-	(2.783)	(2.406)	(5.393)	(4.955)
Outros	(150)	(114)	(154)	(122)	(1.723)	(1.857)	(2.969)	(2.658)
Total	(150)	(114)	(154)	(122)	(36.143)	(25.892)	(63.492)	(51.415)
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(33.878)	(22.192)	(59.387)	(47.140)
Custo de construção	(150)	(114)	(154)	(122)	(2.265)	(3.700)	(4.105)	(4.275)
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(33.878)	(22.192)	(59.387)	(47.140)

- (i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

22 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foram:

	Período de 3 meses		Período de 6 meses		Período de 3 meses		Período de 6 meses	
	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras								
Rendimentos de aplicações financeiras	4	17	7	30	757	1.848	1.932	3.523
Total das receitas financeiras	4	17	7	30	757	1.848	1.932	3.523
Despesas financeiras								
Juros sobre financiamentos	(6.624)	(5.074)	(11.859)	(9.457)	(32.114)	(28.233)	(66.771)	(61.543)
Outras despesas financeiras	-	-	-	-	(1.193)	(983)	(2.833)	(1.524)
Total das despesas financeiras	(6.624)	(5.074)	(11.859)	(9.457)	(33.307)	(29.216)	(69.604)	(63.072)
Resultado financeiro líquido	(6.620)	(5.057)	(11.852)	(9.427)	(32.550)	(27.368)	(67.672)	(59.549)

23 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

		Valor contábil			Valor justo				
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
30 de junho de 2016	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	73	-	73	73	-	-	73
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	64.001	-	-	64.001	-	64.001
Debêntures	14	-	-	96.189	96.189	-	96.189	-	96.189
Dividendos e contas a pagar		-	-	773	773	-	-	-	-

		Valor contábil			Valor justo				
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2015	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	139	-	139	139	-	-	139
Dividendos a receber e outros créditos		-	35	-	35	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	31.822	31.822	-	31.822	-	31.822
Debêntures	14	-	-	86.508	86.508	-	86.508	-	86.508
Dividendos e contas a pagar		-	-	689	689	-	-	-	-

Consolidado

		Valor contábil			Valor justo				
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
30 de junho de 2016	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	5.817	-	5.817	-	5.817	-	5.817
Aplicação financeira	6	36.386	-	-	36.386	-	36.386	-	36.386
Contas a receber de clientes	7	-	9.860	-	9.860	-	-	-	-
Outros créditos		-	772	-	772	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	304.384	304.384	-	304.384	-	304.384
Debêntures	14	-	-	534.091	534.091	-	534.091	-	534.091
Fornecedores	15	-	-	36.018	36.018	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	2.607	2.607	-	-	-	-

31 de dezembro de 2015	Nota	Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	13.362	-	13.362	-	13.362	-	13.362
Aplicação financeira	6	47.023	-	-	47.023	-	47.023	-	47.023
Contas a receber de clientes	7	-	10.602	-	10.602	-	-	-	-
Outros créditos		-	6.929	-	6.929	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	327.798	327.798	-	327.79	-	327.798
							8	-	
							489.13	-	
Debêntures	14	-	-	489.136	489.136	-	6	-	489.136
Fornecedores	15	-	-	31.815	31.815	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	256	256	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de junho de 2016.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(i) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida - consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 30/06/2016	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos	304.384	418.464	66.752	65.933	255.779
Debêntures	534.090	864.287	31.924	35.219	797.144
Fornecedores e contas a pagar	36.018	36.018	36.018	-	-
Dividendos e contas a pagar	2.607	2.607	2.607	-	-
	<u>813.099</u>	<u>1.291.376</u>	<u>137.301</u>	<u>101.152</u>	<u>1.052.923</u>

Em 31/12/2015	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos	327.798	466.774	104.195	67.031	295.548
Debêntures	489.136	1.008.257	46.855	53.246	908.156
Fornecedores	32.002	32.002	32.002	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	<u>849.005</u>	<u>1.507.099</u>	<u>183.118</u>	<u>120.277</u>	<u>1.203.704</u>

(ii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de junho de 2016 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário, TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		30/06/2016	31/12/2015
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		3.709	2.914
	Risco	Valor contábil	
		30/06/2016	31/12/2015
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	64.001	31.822
Empréstimos e financiamentos	TJLP	140.299	178.577
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M	70.271	89.443
Debêntures - Controlada	IPCA	437.902	402.628
Debêntures - Controladora	IGP-M	96.188	86.508

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no BACEN - Banco Central - Relatório FOCUS, CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FGV - Fundação Getúlio Vargas em 30 de junho de 2016..

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI,

TJLP e IGP-M é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 30/06/2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	140.299	Aumento TJLP	7,50%	(10.522)	9,38%	(13.160)	11,25%	(15.784)
Empréstimos e financiamentos	70.271	Aumento UM-IPCA	1,84%	(1.293)	2,30%	(1.616)	2,76%	(1.939)
Empréstimos e financiamentos	64.001	Aumento CDI	14,25%	(9.120)	17,81%	(11.399)	21,38%	(13.683)
Debêntures - controladora	96.188	IGP-M	12,21%	(11.745)	15,26%	(14.678)	18,32%	(17.623)
Debêntures - controlada	437.902	Aumento IPCA	9,32%	(40.812)	11,65%	(51.016)	13,98%	(61.219)
Total dos passivos financeiros	808.661	***	***	(73.492)	***	(91.869)	***	(110.248)
Impacto no resultado do período apresentado						(18.377)		(36.756)

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 30/06/2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	140.299	Redução TJLP	7,50%	10.522	5,63%	7.885	3,75%	5.247
Empréstimos e financiamentos	70.271	Redução UM-IPCA	1,84%	1.293	1,38%	970	0,92%	646
Empréstimos e financiamentos	64.001	Aumento CDI	14,25%	9.120	10,69%	6.840	7,13%	4.563
Debêntures - controladora	96.188	IGP-M	12,21%	11.745	9,16%	8.811	6,11%	5.877
Debêntures - controlada	437.902	Redução IPCA	6,51%	40.812	6,99%	30.609	4,66%	20.406
Total dos passivos financeiros	808.661	***	***	73.492	***	55.115	***	36.736
Impacto no resultado do período apresentado						18.377		36.756

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico - financeiro. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

24 Cobertura de seguros - consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2016 a Mai/2017	79.679
Garantia ampliação	Mai/2016 a Mai/2017	119.145
Operacionais	Mai/2016 a Mai/2017	24.860
Responsabilidade Civil	Mai/2016 a Mai/2017	33.300
Engenharia	Mai/2016 a Mai/2017	25.968
Engenharia - Obra Bauru	Mai/2016 a Mai/2017	53.500

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

25 Benefícios a empregados - consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

26 Aspectos ambientais - consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27 Risco regulatório - consolidado

A Companhia e suas controladas desconhecem quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia e suas controladas, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 24.

A Companhia e suas controladas, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas demonstrações financeiras.

28 Compromissos vinculados a contrato de concessão - consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 30 de junho de 2016 totaliza R\$ 881.025 valor nominal.

29 Demonstrações de fluxo de caixa - consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o período findo em 30 de junho de 2016 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 21.036, dos quais R\$ 2.401 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

30 Eventos subsequentes

Mandado de busca e apreensão

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da controlada o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela controlada disponibilizadas todas informações solicitadas.

A controlada contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à controlada com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia e sua controlada nunca figuram como parte investigada em qualquer procedimento. Caso haja algum desdobramento futuro que impacte a Companhia, nesse momento não se é possível estimar quaisquer efeitos que esses teriam sobre as nossas demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada continuam à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada descumpriram cláusulas contratuais (“covenants”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, e como consequência, o montante de R\$ 163.716 no consolidado de empréstimos e financiamentos e os montantes de R\$ 76.147 e R\$ 485.885, na controladora e consolidado, respectivamente de debêntures, foram reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor.

Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia, totalmente integralizado, era de R\$ 237.470, e está representado por 249.869.536 de ações (137.469.536 ações em 2015), sendo 124.934.768 de ações ordinárias (68.734.768 ações ordinárias em 2015) e 124.934.768 de ações preferenciais (68.734.768 ações ordinárias em 2015).

]

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França - Diretora
Ricardo de Souza Adenes - Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Henrique Constantino
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0